

Planalto impõe condições para rolar dívidas

*Governo vincula
negociação à aprovação
das reformas
administrativa e tributária*

**RIBAMAR OLIVEIRA
e JOÃO DOMINGOS**

BRASÍLIA — O governo quer vincular a rolagem das dívidas dos Estados e municípios, que agora considera "inevitável" e negocia no Senado, com a aprovação das reformas administrativa e tributária. "É preciso exigir dos governadores algumas contrapartidas", afirmou ontem um líder governista com trânsito no Planalto. "Eles não podem utilizar a folga que terão nas contas para aumentar os gastos com pessoal", argumentou o líder.

Outra idéia do governo é forçar os municípios a cobrar os impostos sob sua responsabilidade sem as costumeiras isenções políticas. Alguns municípios, como o de Contagem (MG), não cobram o IPTU dos moradores. "Tem muito município vivendo dos Fundos de Participação, quando poderiam cobrar o que lhes é devido", criticou ontem o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal.

Os técnicos do Planalto estão alarmados com as contas dos Estados e municípios, que apresentaram, no conjunto, um déficit operacional (receita menos despesas, incluindo o pagamento de juros das dívidas externa e interna) de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nos primeiros seis meses do ano. No mesmo período, o governo apresentou superávit de 0,2% do PIB. O resultado das contas municipais e estaduais levou o setor público brasileiro a apresentar um déficit operacional de 2,4% do PIB no primeiro semestre, considerado preocupante do

DÉFICIT DE ESTADOS E MUNICÍPIOS É DE 2% DO PIB



Agliberto Lima/AE—7/4/95

Aníbal: "Tem muito município que não cobra o que lhe é devido"

ponto de vista macroeconômico. O governo tinha se comprometido com um equilíbrio operacional para este ano.

As dificuldades das contas Estaduais e municipais são atribuídas, dentro do governo, aos gastos exagerados com a folha de salário. Os governadores e prefeitos não estão obtendo nenhuma folga para pagar os juros das dívidas, que são roladas integralmente. "Eles não estão pagando nem mesmo parte dos juros", garantiu ontem uma fonte do Ministério do Planejamento.

Existe uma avaliação na área técnica de que a rolagem das dívidas de Estados e municípios não terá um impacto muito

grande sobre as contas do Tesouro Nacional. "Cerca de 85% dos títulos estaduais já estão no Banco Central", explicou um técnico. Até junho deste ano, o Banco Central trocou R\$ 21 bilhões de títulos estaduais por papéis federais. "No final, essa rolagem vai significar uma pequena redução no fluxo de recursos para o Tesouro", informou um especialista.

Além de ser um poderoso instrumento de barganha política a favor das reformas, a rolagem das dívidas vai permitir ao governo resolver o problema do Banespa, que tanto angustia o governador Mário Covas, sem que se possa acusar o Planalto de conceder tratamento privilegiado a São Paulo. Parte da dívida do Estado com o banco entraria na negociação sobre a rolagem dos débitos estaduais.